

## ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONAUTICA

## Estudo Técnico Preliminar 146/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 67540.018552/2025-02

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A disponibilização, por meio de locação, de um kit completo de equipamentos para a realização de procedimentos endoscópicos e colonoscópicos — incluindo videocolonoscópio, videogastrososcópio, torre de imagem, processador, bomba de insuflação e carrinho de transporte — ao Grupo de Saúde de Guaratinguetá (GSAU-GW) é essencial para garantir atendimentos diagnósticos e terapêuticos com maior segurança, precisão e qualidade, beneficiando diretamente a população atendida.

2.2. Pacientes com sintomas gastrointestinais, sangramentos, suspeitas de câncer, doenças inflamatórias ou outras condições abdominais demandam exames especializados para confirmação diagnóstica e intervenções precoces. A ausência ou a insuficiência de equipamentos atualizados tem limitado a capacidade de oferta desses procedimentos na unidade, comprometendo o fluxo assistencial e aumentando a fila de espera.

2.3. A disponibilização dos equipamentos por locação contribuirá significativamente para: ampliação da oferta de exames; redução do tempo de espera para diagnóstico; maior resolutividade clínica dentro da rede; prevenção de complicações por atrasos no tratamento; e promoção de um atendimento humanizado, com suporte tecnológico adequado.

2.4. Além disso, a locação permite o acesso a tecnologias modernas com menor impacto financeiro direto para a instituição, garantindo manutenção técnica adequada, sem a necessidade de aquisição imediata de bens de alto custo, o que é estratégico para a sustentabilidade dos serviços de saúde.

2.5. Dessa forma, a formalização de locação deste conjunto de equipamentos é uma medida estratégica para a promoção de uma saúde mais resolutiva, acessível e equitativa, assegurando que os usuários do GSAU-GW tenham acesso a cuidados especializados com qualidade, eficiência e dignidade.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CAIS	RENATA ARRUDA PASSOS FREIRE DE BARROS

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação tem por objeto a formalização de locação de equipamentos médicos hospitalares necessários à realização de procedimentos de endoscopia digestiva alta e colonoscopia, destinados ao atendimento de pacientes no âmbito do Grupo de Saúde de Guaratinguetá (GSAU-GW), conforme os requisitos a seguir:

## 4.2. Objeto da Locação

4.2.1. Fornecimento em regime de locação dos equipamentos médicos para exames endoscópicos e colonoscópicos, compreendendo:

4.2.1.1. 01. PROCESSADORA DE VÍDEO : Ajuste de personalidades configurações: núcleos,s e zoom

- Imagem em alta definição
- Congelamento de tela e display de imagem em tempo real na tela de Monitor.
- Entrada dados de dos pacientes de teclado.
- Saída de Vídeo : DVI/SDI/VGA/S-Vídeo/CVBS.
- Porta de Vídeo para Impressão.
- Porta para Instalação de pedal para foto e impressão.

- Portas USB.
- Porta de comunicação Processadora x Fonte de Luz.
- Compatibilidade com fonte de luz e videogastrocolonoscoPIO e videocolonoscoPIO.

#### 4.2.1.2. 01 (uma) FONTE DE LUZ

- Lâmpada Xênon.
- Ajuste automático de luz de intensidade.
- Três níveis configuração de fluxo de ar.

#### 4.2.1.3. 01 (uma) TROLE/TORRE DE ENDOSCOPIA

- Quatro rodízios linha hospital, mínimo de dois com freio.
- Suporte para monitor médico cirúrgico de no mínimo 24 polegadas.

#### 4.2.1.4. 01 (um) VIDEOCOLONOSCOPIO

- Comprimento de trabalho: mínimo de 168cm.
- Diâmetro externo do tubo de inserção: de 11,8 a 12,9.
- Diâmetro do canal do instrumento: mínimo 3,2.
- Ângulação da visão: mínimo 180 graus a 180 (cima/embaixo) e 160 a 160 graus dastreias (e).
- Direção da visualização: frontal.
- Função de jato de água auxiliar para limpeza da lente.

#### 4.2.1.5. 01 (uma) VÍDEOGASTROSCOPIA

- Comprimento de trabalho: 100cm de trabalho.
- Diâmetro externo do tubo de: mínimo de 9,8mm.
- Diâmetro do canal do instrumento: mínimo de 2,8mm.
- Ângulação de visão: 140 graus mínimos.
- Direção da Visualização: frontal.
- Função de jato de água auxiliar para limpeza da lente.

#### 4.2.1.6. 01 (uma) MONITOR DE VÍDEO CIRURGICO

- Mínimo de 24 polegadas.
- Imagem em alta definição grau médico.
- Tecnologia do painel: LED.
- Entradas de sinal :mínimo DVI, VGA, S-Video.

### 4.3. Condições Técnicas dos Equipamentos

- 4.3.1. Equipamentos devem ser de tecnologia atual, com fabricação recente (preferencialmente até 5 anos).
- 4.3.2. Devem estar em perfeito estado de funcionamento, com todas as manutenções preventivas e calibrações em dia.
- 4.3.3. Todos os equipamentos devem estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e regulamentos da ANVISA e órgãos competentes.
- 4.3.4. Compatibilidade plena entre os equipamentos fornecidos no conjunto.
- 4.3.5. Garantia de manutenção corretiva e preventiva durante todo o período da locação, sem custos adicionais para a contratante.

### 4.4. Serviços Associados a Locação

- 4.4.1. Instalação completa dos equipamentos no local indicado pela contratante.
- 4.4.2. Treinamento técnico- operacional dos profissionais designados pela unidade (médicos, enfermeiros e técnicos).
- 4.4.3. Suporte técnico remoto e/ou presencial para resolução de falhas operacionais.
- 4.4.4. Substituição imediata do equipamento em caso de falha irreparável ou necessidade de reparo prolongado.

### 4.5. Período da Locação

- 4.5.1. O prazo inicial da locação será de 1 ano , podendo ser renovado conforme interesse da contratante e desempenho do fornecedor.

### 4.6. Responsabilidades do Fornecedor

- 4.6.1. Arcar com os custos de transporte, instalação, manutenção e eventuais substituições dos equipamentos.
- 4.6.2. Garantir o fornecimento contínuo de peças e assistência técnica durante a vigência do contrato de locação.
- 4.6.3. Cumprir as exigências legais e normativas vigentes relacionadas à segurança dos equipamentos médico-hospitalares.

#### 4.7. Responsabilidades da Contratante

- 4.7.1. Utilizar os equipamentos exclusivamente para a finalidade contratada.
- 4.7.2. Garantir a guarda e conservação adequada dos bens durante o período da locação.
- 4.7.3. Comunicar imediatamente qualquer problema técnico ou necessidade de manutenção.

4.8. A contratada deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade, de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (7ª edição, Outubro/2024), bem como a ICA 83-1/2019:

4.8.1. A Contratada deverá declarar que os materiais de consumo empregados na execução dos serviços durante toda vigência da contratação, conforme o artigo 5º da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19/01/2010:

4.8.1.1. São no todo ou em parte, constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR nº 15448-1 e 15448- 2;

4.8.1.2. São certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares;

4.8.1.3. São acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, e que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.8.1.4. Não contém substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.8.1.5. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.8.1.6. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

4.8.1.7. O Pregoeiro deverá solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

4.8.1.8. documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

4.8.1.9. comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.

4.8.1.10. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

4.8.1.11. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

4.8.1.12. A Licença Sanitária Municipal vigente”

#### 4.8.2. Do uso racional de energia elétrica:

4.8.2.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

4.8.2.2. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia.

#### 4.8.3. Da redução de produção de resíduos sólidos:

4.8.3.1. Nas realizações dos testes nos equipamentos caso utilizem produtos que gerem resíduos sólidos realizar o descarte correto.

#### 4.8.4. Da poluição sonora:

4.8.4.1. Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel-Db-A, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição;

4.8.4.2. A Contratada deve preferir o uso de tecnologias adequadas e conhecidas com o objetivo de reduzir os níveis de ruído.

4.9. Quanto ao gerenciamento de resíduos, a contratada deverá seguir às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) elaborado pelo GSAU-GW, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 - Política nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005.

4.10. Vida Útil e Manutenção Preventiva: Equipamentos com maior durabilidade e que permitam manutenção preventiva reduzem a necessidade de substituição frequente, diminuindo o consumo de recursos e impactos ambientais

4.11. Exigir que o fornecedor forneça plano de manutenção documentado, garantindo eficiência operacional e prolongamento da vida útil do equipamento.

4.12. Não haverá exigência de garantia contratual da execução pois trata-se de contratação com baixo valor estimado e pouca complexidade técnica.

#### **4.13. Normas da ANVISA**

4.13.1. RDC nº 16/2013 – Equipamentos médico-hospitalares devem atender requisitos mínimos de segurança, desempenho e registro na ANVISA.

4.13.2. RDC nº 56/2012 – Requisitos para funcionamento de serviços de saúde, incluindo serviços de endoscopia e colonoscopia.

#### **4.14. Normas Técnicas (ABNT / ISO / IEC)**

4.14.1. ABNT NBR ISO 13485:2016 – Sistema de gestão da qualidade para dispositivos médicos.

4.14.2. ABNT NBR ISO 14971:2020 – Gestão de riscos em dispositivos médicos.

4.14.3. ABNT NBR IEC 60601-1:2003 – Requisitos de segurança elétrica para equipamentos eletromédicos.

4.14.4. ABNT NBR IEC 60601-2-18:2014 – Requisitos específicos para equipamentos de endoscopia.

#### **4.15. Segurança e Qualidade**

**4.15.1. Equipamentos devem ter certificação de segurança elétrica, funcionalidade e compatibilidade hospitalar.**

4.15.2. Garantia de higienização, esterilização e manutenção preventiva pelo fornecedor.

4.15.3. Plano de contingência para falhas ou indisponibilidade do equipamento.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Diante das pesquisas realizadas no mercado, conclui-se que a alternativa mais factível e vantajosa para a Administração é a locação de equipamentos de endoscopia e colonoscopia, uma vez que se tratam de equipamentos médicos de alta complexidade, essenciais para a execução da atividade-fim deste Hospital e diretamente relacionados ao diagnóstico, prevenção e acompanhamento de diversas patologias.

5.2. Após realizado o levantamento de mercado, conclui-se que as opções encontradas para a locação de equipamentos de endoscopia e colonoscopia foram:

5.2.1. SOLUÇÃO 1: Terceirização de Serviços Endoscópicos por Clínicas ou Consultórios Credenciados;

5.2.2. SOLUÇÃO 2 : Aquisição de Equipamentos;

5.2.3. SOLUÇÃO 3: Locação de Equipamentos de Endoscopia e Colonoscopia.

5.3. Diante da análise das alternativas, conclui-se que a locação de equipamentos de endoscopia e colonoscopia (Solução 3) é a opção mais adequada para a Administração. Essa alternativa garante maior eficiência operacional, com manutenção preventiva e corretiva inclusa, continuidade do atendimento assistencial e acesso a equipamentos tecnologicamente atualizados, sem a necessidade de elevado investimento inicial. Em comparação, a terceirização apresenta limitações quanto ao controle de qualidade, deslocamento de pacientes e risco de atrasos, enquanto a aquisição definitiva demanda alto investimento, custos recorrentes de manutenção e assume integral responsabilidade da Administração, além do risco de obsolescência tecnológica. Portanto, a locação atende plenamente aos princípios da economicidade, eficiência e legalidade, assegurando a continuidade dos serviços e o uso racional dos recursos públicos, sendo a solução mais vantajosa para o Hospital.

## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1. Solução 1** - Por se tratar de um serviço médico especializado, a terceirização dos exames de endoscopia e colonoscopia por meio de clínicas ou consultórios credenciados foi considerada como alternativa para a Administração Pública. Contudo, essa solução apresenta limitações relevantes, tais como: dependência da disponibilidade de agenda dos prestadores; necessidade de deslocamento dos pacientes até unidades externas; risco de atrasos e cancelamentos dos exames; dificuldade de padronização dos protocolos assistenciais; e menor controle da Administração sobre a qualidade, continuidade e prazos do atendimento. Além disso, essa alternativa pode gerar desconforto aos pacientes, especialmente idosos, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como aumento de custos indiretos relacionados a transporte, acompanhamento de pacientes e impactos administrativos, tornando a solução menos eficiente sob o ponto de vista operacional e assistencial.

**6.2. Solução 2** - A aquisição definitiva de equipamentos de endoscopia e colonoscopia também foi analisada. Entretanto, essa alternativa mostrou-se menos viável para a Administração Pública, em razão de diversos fatores, dentre os quais se destacam o elevado investimento inicial, os custos contínuos de manutenção, o risco de obsolescência tecnológica e a responsabilidade integral da Administração pela gestão dos equipamentos. Ressalta-se que, conforme orçamento realizado junto ao mercado, o valor estimado para a aquisição dos equipamentos é de R\$ 340.600,00, acrescido de custo mensal aproximado de R\$ 3.500,00 referente à manutenção preventiva e corretiva, valores que impactam significativamente o orçamento institucional. Além disso, a aquisição demandaria a celebração de contratos adicionais para assistência técnica especializada, bem como a gestão de eventuais substituições de peças e paralisações operacionais. Adicionalmente, eventuais falhas técnicas podem comprometer a continuidade do atendimento, resultando em cancelamentos de exames e prejuízos ao planejamento clínico e assistencial, impactando negativamente a eficiência e a regularidade do serviço prestado.

**6.3. Solução 3**- A locação de equipamentos de endoscopia e colonoscopia apresenta-se como a alternativa mais viável e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que possibilita a utilização de equipamentos modernos e tecnologicamente atualizados, sem a necessidade de elevado investimento inicial. Essa solução contempla, de forma geral, manutenção preventiva e corretiva inclusa, assistência técnica especializada, substituição dos equipamentos em caso de falhas, maior previsibilidade orçamentária e flexibilidade contratual. Ademais, reduz riscos de interrupção dos serviços, assegura maior disponibilidade operacional e contribui para a continuidade do atendimento aos pacientes, atendendo plenamente às necessidades assistenciais da unidade. Dessa forma, conclui-se que a locação dos equipamentos de endoscopia e colonoscopia é a alternativa mais eficiente, segura e economicamente viável, atendendo de forma mais adequada às necessidades assistenciais da unidade e aos princípios de eficiência na gestão dos recursos públicos/privados.

6.4. Trata-se de processo administrativo que visa garantir a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Diante da análise técnica, operacional e econômica das soluções apresentadas, conclui-se que a locação de equipamentos de endoscopia e colonoscopia (Solução 3) é a alternativa mais viável, adequada e econômica para a Instituição, tendo em vista que assegura a continuidade do serviço, otimiza a gestão dos recursos públicos e atende plenamente à demanda assistencial da unidade de saúde.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os equipamentos de endoscopia e colonoscopia a serem locados não possuem memória de cálculo de consumo ou utilização, uma vez que nunca foram contratados ou utilizados anteriormente pela Administração. Dessa forma, a estimativa da quantidade a ser locada baseia-se na análise da demanda assistencial prevista, na capacidade operacional do profissional habilitado e na necessidade de garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados, observando critérios de economicidade, eficiência e racionalidade no uso dos recursos públicos.

7.2. Considerando que atualmente há apenas um médico habilitado para realizar exames endoscópicos, a locação de uma única unidade é suficiente para atender à demanda prevista, garantindo a continuidade e a qualidade do atendimento. Essa quantidade atende à capacidade operacional do profissional disponível, evita custos desnecessários com manutenção e infraestrutura e permite, futuramente, a ampliação do número de equipamentos caso haja aumento da demanda ou incorporação de novos profissionais, mantendo flexibilidade contratual e eficiência no uso dos recursos públicos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 207.080,04

8.1. Foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o previsto na Instrução Normativa nº IN 65/2021 da SEGES/ME, cuja pesquisa prevalecerá para a realização do processo licitatório.

8.2. O custo estimado total da contratação é R\$ 207.080,04 (duzentos e sete mil e oitenta reais e quatro centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente viável no presente caso, considerando que a locação de equipamentos de endoscopia e colonoscopia, envolve conjunto integrado de equipamentos, acessórios, softwares, manutenção preventiva e corretiva, calibração, suporte técnico especializado e garantia de compatibilidade entre os componentes.

9.2. A contratação parcelada poderia resultar na locação de equipamentos de diferentes fabricantes ou fornecedores, com riscos de incompatibilidade técnica, dificuldades de integração entre os sistemas, comprometimento da padronização operacional e aumento do risco de falhas durante a realização dos procedimentos, o que pode impactar diretamente a segurança assistencial e a continuidade dos serviços de saúde.

9.3. Além disso, a fragmentação do objeto acarretaria maior complexidade na gestão e fiscalização contratual, com sobreposição de responsabilidades entre fornecedores distintos, aumento de custos administrativos e dificuldades na responsabilização por eventuais falhas técnicas ou interrupções no funcionamento dos equipamentos.

9.4. A adjudicação por preço global, portanto, não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que existem no mercado empresas aptas a fornecer o conjunto completo de equipamentos e serviços de suporte de forma integrada, e promove ganhos para a Administração, ao assegurar maior eficiência, confiabilidade operacional, redução de riscos assistenciais e melhor custo-benefício.

9.5. Dessa forma, a não adoção do parcelamento atende ao disposto no art. 40, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000002/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 22/03/2024;

III) Id do item no PCA: 159;

IV) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 120064-000173/2025.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A abertura de um centro de endoscopia em traz ganhos significativos tanto do ponto de vista assistencial quanto da gestão e sustentabilidade da instituição.

### 12.2. Benefícios assistenciais:

12.2.1. Ampliação do acesso ao diagnóstico precoce: A presença de um serviço próprio de endoscopia e colonoscopia possibilita a detecção antecipada de doenças do trato gastrointestinal, como gastrite, úlceras, pólipos e câncer de cólon, aumentando as chances de tratamento eficaz e reduzindo complicações.

12.2.2. Resolução em nível local: Os pacientes não precisam ser encaminhados a outros centros, agilizando o tratamento e evitando barreiras geográficas ou de tempo, o que melhora a continuidade do cuidado.

12.2.3. Integração multidisciplinar: O contato direto do setor de endoscopia com as equipes clínicas e cirúrgicas favorece discussões de casos, rapidez na tomada de decisões e maior precisão terapêutica.

12.2.4. Segurança e qualidade: A realização dos exames sob protocolos internos controlados garante padronização, monitoramento dos resultados e redução de riscos ligados ao deslocamento entre instituições.

### 12.3. Benefícios para a gestão institucional:

12.3.1. Redução de custos indiretos: Contar com um centro próprio diminui gastos com referências externas, transporte de pacientes e eventuais autorizações.

12.3.2. Fonte de receita adicional: Procedimentos como endoscopia diagnóstica, terapêutica e colonoscopia podem ser oferecidos não apenas à demanda interna, mas também a pacientes de outras organizações militares, fortalecendo o faturamento e a autonomia financeira da instituição.

12.3.3. Aumento da resolutividade institucional: Ampliar a linha de cuidados melhora a imagem da instituição perante a comunidade e aumentando a confiança do serviço.

12.3.4. Eficiência no fluxo assistencial: Com o serviço integrado, há menor tempo de espera para exames, otimização do uso de leitos e melhor gestão dos casos de urgência ou de acompanhamento.

12.3.5. Diferencial estratégico: Instituições que oferecem endoscopia e colonoscopia consolidam-se como centros de referência regional.

12.3.6. Um centro de endoscopia e colonoscopia, portanto, é ao mesmo tempo uma ferramenta de valorização do cuidado à saúde e um vetor de fortalecimento institucional, alinhando qualidade assistencial com sustentabilidade financeira e reconhecimento Grupo de Saúde.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem tomadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação pública para a locação de equipamentos destinados à realização de procedimentos de endoscopia e colonoscopia exige a consideração dos impactos ambientais associados às etapas de operação, reprocessamento, manutenção e logística dos equipamentos. Esses impactos incluem consumo de energia e água, geração de resíduos químicos, biológicos e sólidos, bem como a produção de efluentes e emissão de poluentes atmosféricos decorrentes do transporte. A adequada gestão desses fatores é indispensável para assegurar a conformidade da contratação com a legislação sanitária, ambiental e de sustentabilidade exigida pela Administração Pública.

14.2. No âmbito sanitário, o processamento dos endoscópios deve seguir obrigatoriamente as diretrizes da RDC ANVISA nº 6/2013, que disciplina o funcionamento de serviços que realizam endoscopia, e da RDC ANVISA nº 15/2012, que estabelece boas práticas para reprocessamento de produtos para saúde. Essas normas impactam diretamente a necessidade de infraestrutura adequada por parte da contratada, bem como o uso seguro de insumos e tecnologias compatíveis com o reprocessamento exigido.

14.3. O manejo dos resíduos gerados pelo reprocessamento — que inclui agentes desinfetantes classificados como perigosos — deve observar a ABNT NBR 10004:2004, que define critérios de classificação, e a RDC ANVISA nº 222/2018, que regulamenta o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS). A contratação deve assegurar que a empresa locadora forneça equipamentos e acessórios compatíveis com o gerenciamento seguro de resíduos químicos e biológicos, mitigando riscos ambientais e ocupacionais.

14.4. Em relação ao meio ambiente, a contratação deve considerar o atendimento às exigências da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), especialmente no que se refere à logística reversa de componentes eletroeletrônicos e à responsabilidade compartilhada no ciclo de vida dos produtos. Os efluentes gerados no reprocessamento dos equipamentos devem atender aos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 430/2011, garantindo que o lançamento no sistema de esgoto ou rede coletora ocorra dentro dos limites permitidos, evitando risco de contaminação ambiental.

14.5. A conformidade técnica e a segurança dos equipamentos disponibilizados pela contratada devem seguir a ABNT NBR IEC 60601 (série), assegurando que os dispositivos atendam aos requisitos de segurança elétrica e desempenho essenciais. Isso reduz riscos operacionais e evita falhas que possam gerar impactos ambientais ou comprometer a prestação do serviço.

14.6. No tocante à logística da locação, o transporte dos equipamentos resulta em emissões atmosféricas provenientes da queima de combustíveis fósseis. Embora esse impacto seja indireto, a Administração Pública deve considerá-lo na fase de planejamento, priorizando fornecedores que adotem rotas otimizadas, transporte racionalizado ou políticas de sustentabilidade que reduzam a pegada de carbono.

14.7. Foi consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU (7ª edição, Outubro/2024), não identificando critérios específicos para o serviço de manutenção de redes de gases medicinais, motivo pelo qual se aplicam os critérios gerais acima para garantir sustentabilidade ambiental.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: APROVO, de acordo com art. 50, §1º, da Lei no 9.784/1999 e Lei 14.133/2021.

**RODRIGO DE OLIVEIRA CORREA**

Ordenador de Despesas.

**RENATA ARRUDA PASSOS FREIRE DE BARROS**

Presidente





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP_120064-000146-2025
Data/Hora de Criação:	26/01/2026 14:37:58
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	8d94bff2c0a3e5d23f3287ff6cd2f07e
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten RENATA ARRUDA PASSOS FREIRE DE BARROS no dia 26/01/2026 às 11:39:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel RODRIGO DE OLIVEIRA CORRÊA no dia 03/02/2026 às 18:23:00 no horário oficial de Brasília.